

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Patrícia da Silva Coutinho¹

Beatriz Chaves de Oliveira²

Ester Vargas Silva³

Resumo

Este estudo se refere à análise da atuação do Serviço Social com jovens egressos de medidas socioeducativas. Observa-se que os profissionais de Serviço Social possuem ampla inserção nos domínios da política de atendimento socioeducativo, inclusive no acompanhamento de egressos. No Programa Estadual de Acompanhamento ao Adolescente Desligado das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade em Minas Gerais – “Programa Se Liga”, o Assistente Social ocupa o cargo de “Técnico Social”, e é demandado para elaboração do plano de acompanhamento do adolescente, articulando, além das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional, os eixos: Saúde; Cultura, Esporte e Lazer; Família; Profissionalização; Educação; e Trabalho e Renda. Esse artigo tem por objetivo analisar o perfil dos jovens egressos de medida socioeducativa de internação e semiliberdade de Juiz de Fora e Muriaé acompanhados pelo Se Liga e a atuação do Serviço Social neste. Para a realização do objetivo proposto realizou-se um estudo bibliográfico acerca da temática, e coletas de dados das informações contidas nos instrumentais utilizados pelo profissional, no período de junho de 2015 a junho de 2016. Com relação ao perfil dos jovens acompanhados, foram utilizados dados referentes ao ano de 2014, e observou-se que a maioria apresenta grande defasagem escolar, inserção no mercado de trabalho informal, baixa renda familiar, vínculos familiares fragilizados, dentre outros. No processo de trabalho do Serviço Social verifica-se a utilização da maior parte do tempo para elaboração de registros técnicos. O Serviço Social é responsável por realizar encaminhamentos para rede socioassistencial, sendo a maioria encaminhamentos relativa ao mercado de trabalho formal. A partir da pesquisa realizada, notamos que diversos desafios são colocados aos profissionais no campo sociojurídico, na prevenção secundária à criminalidade, haja vista as demandas apresentadas pelos jovens e seus familiares, e a dificuldade de articulação com a rede socioassistencial. Afirmamos que se deve compreender a realidade da prática profissional, considerando o complexo contexto do atendimento socioeducativo, com ênfase nos desafios e possibilidades para o Serviço Social, pressupondo a contextualização do indivíduo histórica e socialmente,

¹ COUTINHO, Patrícia da Silva. Mestranda no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

² OLIVEIRA, Beatriz Chaves de. Graduanda no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG.

³ SILVA, Ester Vargas. Graduanda no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG.

e dos elementos sociais que mascaram sua condição de classe, marcada pela exclusão, pobreza, exploração e desigualdade social.

Palavras-chave: Serviço Social; Egressos de Medida Socioeducativa; Programa Se Liga.

1 Introdução

Devido ao acirramento da Questão Social no Brasil, surge a necessidade de um profissional capacitado para intervir nas suas expressões. Deste modo, é institucionalizado o Serviço Social no país em 1936, surgindo como uma profissão capaz de enquadrar o indivíduo à ordem social hegemônica vigente, como uma forma de controlar e disciplinar os “desajustados sociais”. É importante salientar que nesta época, a Questão Social era vista como “caso de polícia”, principalmente quando se tratava da questão do “menor infrator”.

Sendo assim, as primeiras políticas criadas na República voltadas ao atendimento desta população foram os Códigos de Menores, surgindo o primeiro em 1927 com um caráter punitivo e repressor, enxergando os “menores” como “pequenos adultos”; e tendo entrado em vigor o novo Código de Menores em 1979, porém com as mesmas características do primeiro.

É possível, então, acordar-se que, apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que se pode observar uma real mudança no tratamento da questão da infância e adolescência no Brasil.

O ECA vem então apontar novas concepções e conteúdos a serem adotados frente à população infanto-juvenil, impondo uma ruptura com o modelo assistencial-repressor e a construção de novos referenciais e novas práticas (CFESS Manifesta, 2010, sem pág.).

É a partir da promulgação do ECA e de sua adoção da Doutrina de Proteção Integral que os jovens e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direito. Assim, devido a esta perspectiva, quando os adolescentes cometem um ato infracional, lhes são aplicadas medidas socioeducativas que podem ser por meio de: advertência,

obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, regime semiliberdade ou regime de internação.

Medidas estas que devem respeitar a integridade física do adolescente, o tratando com dignidade e respeito e garantindo para que seus direitos não sejam violados, tendo por objetivo: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (Lei 12.594, § 2º) (CARDOSO e OLIVEIRA, 2016, p. 29).

Porém, é apenas com a aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE), em 2006, que se regulamenta a execução das medidas socioeducativas e que o país passa a ter uma política específica voltada ao atendimento dos adolescentes autores de ato infracional, respeitando-os como sujeitos em desenvolvimento e garantindo seus direitos enquanto cidadãos.

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais (SINASE, 2006, p.51).

De acordo com Borgianni (2013), o Serviço Social, aplicado ao contexto jurídico, está ligado ao conjunto de áreas e instituições em que a atuação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica como o Sistema Judiciário, o Sistema Penitenciário, o Sistema de Segurança, os Sistemas de Proteção e Acolhimento como abrigos, casas de acolhimento, Conselhos de Direitos, dentre outros. Neste sentido, configura-se como uma área de trabalho especializada, que atua com as manifestações da questão social, em sua interseção com o Direito e a Justiça na sociedade.

Desde a década de 1940, o Assistente Social é chamado para atuar neste contexto tendo como atividade básica a função de “perito”, fornecendo subsídios técnicos na área de sua competência para decisões judiciais.

De acordo com Borgianni (2001) diversas são as atribuições e requisições do Assistente Social neste campo, como

Assessorar e prestar consultoria aos órgãos públicos judiciais a serviço da assistência jurídica; Realizar pericia, estudos sociais, parecer, relatórios sociais, dentre outros; Planejar, executar e participar programas de prevenção e integração social e pesquisas; Treinamento e supervisão de profissionais e estagiários, dentre outras (BORGIANNI, 2001, p. 111).

Em 2014 o CFESS elaborou um importante documento intitulado “Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão”. Neste documento, são explicitados diversos aspectos do campo sociojurídico e do Serviço Social, caracterizando o sociojurídico nos espaços sócio-ocupacionais e no exercício profissional no Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, execução penal e sistema prisional, execução de medidas socioeducativas, segurança pública – instituições policiais, programas na área de políticas públicas de segurança, serviço de acolhimento institucional/familiar, e a interface do sociojurídico com as políticas públicas em geral.

Foi apresentado, também, neste documento o mapeamento nacional do Serviço Social no sociojurídico, apontando os dilemas, desafios e lutas da categoria.

De acordo com este documento, a inserção profissional no Judiciário e no sistema penitenciário no Brasil é datada na própria origem da profissão. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982),

[...] um dos primeiros campos de trabalho de Assistentes Sociais na esfera pública foi o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então capital da República. Emergente, diante do agravamento dos problemas relacionados à ‘infância pobre’, à ‘infância delinquente’, à ‘infância abandonada’, manifestos publicamente no cotidiano da cidade, o Serviço Social é incorporado a essa

instituição como uma das estratégias de tentar manter o controle almejado pelo Estado sobre esse grave problema, que se aprofundava no espaço urbano (IAMAMOTO e CARVALHO, apud CFESS, 2014, p. 13).

Neste importante campo de atuação, a ação do Assistente Social requer não só responsabilidade teórica e técnica, mas envolve um compromisso ético-político com a população usuária destes serviços, cujas vidas podem sofrer sérias consequências da atuação profissional, haja vista a tendência punitiva do estado capitalista.

Tendo em vista o exposto, coadunamos com o posicionamento do CFESS ao destacar que

[...] o debate sobre o lócus do jurídico ganha, no cenário contemporâneo, gradativamente, relevo na concretização da dimensão técnico-operativa do serviço social, na medida em que desenvolve significativa intervenção no cotidiano das diversas instituições onde atuam Assistentes Sociais. Esse movimento tem demandado sua problematização no cerne da representação da categoria, sobretudo pela interferência no cotidiano profissional dos espaços sócio-ocupacionais, mas também pela nítida impositividade do 'jurídico', que cerca as demandas inerentes ao sociojurídico. Tal faticidade permite ainda uma singular interferência na elaboração dos instrumentos privativos da ação profissional, determinando também um desafio à efetivação do projeto ético-político do serviço social, ao cumprimento de seu Código de Ética e às resoluções do CFESS, destacando-se a Resolução nº 493/2006 (que versa sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional) (CFESS, 2014, p. 38).

Na prática profissional, como explicitado por Santos (2003) é imprescindível que o Assistente Social conheça a realidade em sua totalidade, tendo como fundamento um referencial teórico-metodológico crítico, pois, é a partir da análise crítica da realidade, que o profissional pode criar táticas e estratégias de intervenção que estejam articuladas com o projeto ético-político profissional.

Sendo assim, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa devem estar articuladas entre si. Em outras palavras, significa dizer que o profissional deve estar preparado para criar e executar instrumentos técnico-operativos

para intervir na realidade social a partir de uma fundamentação teórica para que sua intervenção esteja alinhada com a dimensão ética e política do Serviço Social.

As dimensões da prática profissional, portanto, não podem ser consideradas independentes entre si, pois elas se articulam e se complementam na atuação do Assistente Social. Como afirma a autora:

O reconhecimento e a compreensão da dimensão ético-política como constitutiva da prática profissional possibilita ao profissional a busca de um referencial teórico-metodológico que lhe dê condições de criação de instrumentos técnico-operativos condizentes com sua finalidade (SANTOS, 2003, p. 40).

A dimensão ético-política está ligada ao caráter político da profissão. Guerra (2012) afirma que o Assistente Social, historicamente, inserido na divisão sociotécnica do trabalho é chamado a intervir nas expressões da questão social, mediando as contradições entre as classes sociais através das respostas dadas às demandas da sociedade. Portanto, é importante que o profissional esteja articulado com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, haja vista que este defende os interesses da classe trabalhadora. Esta classe, por sua vez, é a usuária dos serviços disponíveis nas instituições nas quais se inserem o Assistente Social.

A dimensão técnico-operativa dá legitimidade e visibilidade à profissão, pois, é a partir desta dimensão que o profissional dá respostas técnicas às demandas sociais. Os instrumentais e as técnicas utilizadas no cotidiano profissional pelo Assistente Social permitem a operacionalização do trabalho, a fim de atingir determinada finalidade, possuindo também uma função política e ideológica (TRINDADE, 2001).

De acordo com Guerra (2012), é no cotidiano profissional em que as demandas sociais são postas para o Assistente Social e exigem como resposta uma intervenção profissional. Por isso, é importante que o Assistente Social compreenda a realidade em sua totalidade, de maneira crítica e reflexiva, a fim de romper com o imediatismo, o pragmatismo, e a alienação do cotidiano.

A ação profissional deve estar amparada pela dimensão ético-política e teórico-metodológica para que o profissional não dê respostas imediatas e irrefletidas às

demandas sociais. Assim, a dimensão investigativa da prática profissional é fundamental para que o Assistente Social possa romper com as armadilhas do cotidiano profissional. Ademais, o conhecimento teórico do profissional é essencial para que ele possa analisar a realidade social em sua totalidade, superando a realidade superficial do cotidiano.

Com base nessas análises, encontra-se o campo sócio-ocupacional do Assistente Social que é foco deste trabalho: o “Programa Se Liga – Regional Zona da Mata”, que atua em Juiz de Fora desde 2010, através de um convênio do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) obtido com o governo em 2008, tendo sua Metodologia elaborada pela SUASE com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O Programa em questão tem por objetivo o acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo de privação e restrição de liberdade nos municípios de Juiz de Fora e Muriaé/MG, visando a construção conjunta com estes jovens de um novo projeto de vida para os mesmos, dando continuidade às conexões entre eles e a cidade após a o cumprimento da medida, como um meio de prevenção secundária à criminalidade

Sendo assim, os profissionais atuam de modo a atingir este objetivo com base nos eixos do Se Liga, que são: Saúde; Cultura, Esporte e Lazer; Família; Profissionalização; Educação; e Trabalho e Renda. Sendo os três últimos os mais trabalhados com os jovens.

Importante ressaltar que os Assistentes Sociais são contratados com a definição de Técnico Social, sendo responsáveis pelo acompanhamento direto dos adolescentes egressos e pela efetivação de estratégias de sensibilização para despertar o interesse de participação dos adolescentes no Programa, realizando atendimentos individuais, oficinas e demais atividades, construindo uma relação com os adolescentes e com as unidades socioeducativas dos municípios atendidos, viabilizando assim o acompanhamento previsto na Metodologia do Programa.

Deste modo, é visível a necessidade da articulação entre da prática profissional com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para que se possa propiciar um atendimento efetivo a estes jovens.

2 Material e Métodos

Compreendendo a metodologia como o “conjunto de valores, teorias, paradigmas epistemológicos que orienta nossas investigações” (PRATES, 2005), ou seja, o caminho e a escolha de instrumentos e técnicas para a realização do projeto, optou-se como método de pesquisa, o materialismo histórico-dialético.

Para a produção deste trabalho, primeiramente foi realizado um estudo bibliográfico sobre os temas, levantando-se debates sobre categorias fundamentais para o estudo, como as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional, além das legislações que regem o exercício profissional do Assistente Social. Em relação ao trabalho realizado com os adolescentes egressos de medidas socioeducativas, o estudo visou aprofundar acerca do perfil desses adolescentes e as estratégias necessárias para a atuação profissional com os mesmos.

Após esse primeiro momento, foram levantados os dados da atuação profissional do Assistente Social no Programa Se Liga – Regional Zona da Mata no município de Juiz de Fora – MG. Estes dados, após sua tabulação, foram analisados e deles surgiram a grande parte das problematizações presentes neste trabalho.

3 Resultados

Os resultados deste estudo serão divididos em dois momentos, no primeiro momento será caracterizado o perfil dos jovens acompanhados pelo Se Liga. O segundo momento será pautado na análise da prática profissional, a partir dos instrumentais utilizados pelo Assistente Social na instituição.

Com intuito de caracterizar o público que é atendido neste espaço sócio-ocupacional, iremos apresentar os dados da pesquisa realizada por Castro e Coutinho no ano de 2014, acerca de alguns eixos metodológicos do Programa.

No que se refere ao eixo de atuação “Trabalho e Renda”, entre os 42 jovens acompanhados pelo Programa no ano de 2014, 73,14% relataram ter interesse na inserção no mercado de trabalho.

No que se refere à educação, as autoras apontam que do total de adolescentes atendidos em 2014, apenas 33,21% estavam regularmente matriculados, todos em escolas públicas e cursando, em sua maioria, a modalidade de ensino supletivo, pelo Ensino de Jovens e Adultos (14,26%). O motivo principal relatado pelos adolescentes não matriculados foi “falta de interesse” (50,71%), seguido por “risco de morte” (10,79%). A maioria dos adolescentes possuía o 7º ano do ensino fundamental (28%), e apenas 12% estavam no ensino médio.

Sobre o trabalho do Assistente Social no Programa Se Liga e seguindo a metodologia proposta, foram levantados os seguintes dados em relação às atividades e aos atendimentos realizados entre o período de junho de 2015 a junho de 2016.

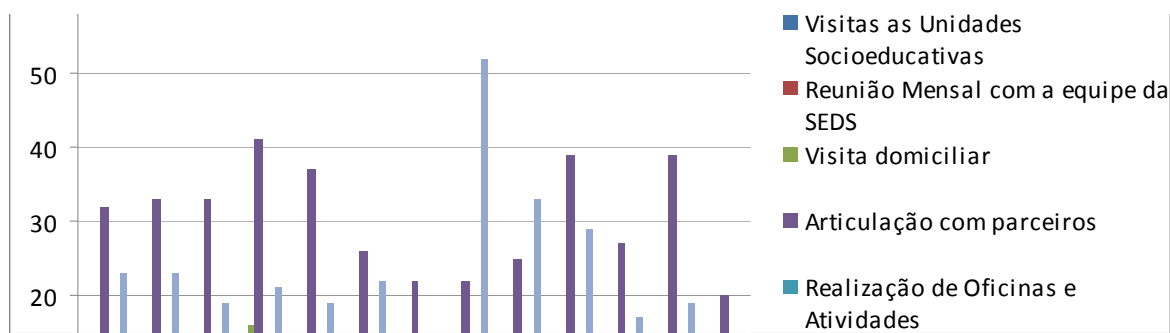
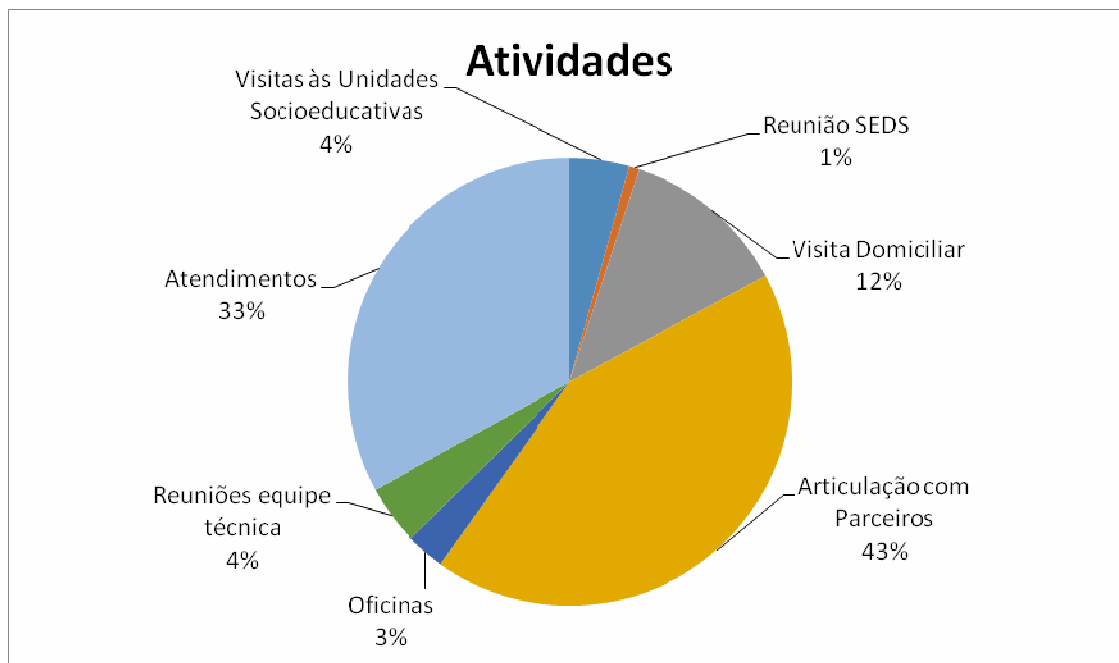


Gráfico 2



De acordo, com dados dos instrumentais utilizados no Programa, verificamos que no período de julho de 2015 à julho de 2016, foram realizadas 396 articulações com parceiros, para viabilização de encaminhamentos à rede socioassistencial; 306 atendimentos; 112 visitas domiciliares; 40 reuniões entre a equipe técnica; 40 visitas às Unidades Socioeducativas; 26 oficinas e 7 reuniões com a SEDS.

Gráfico 3

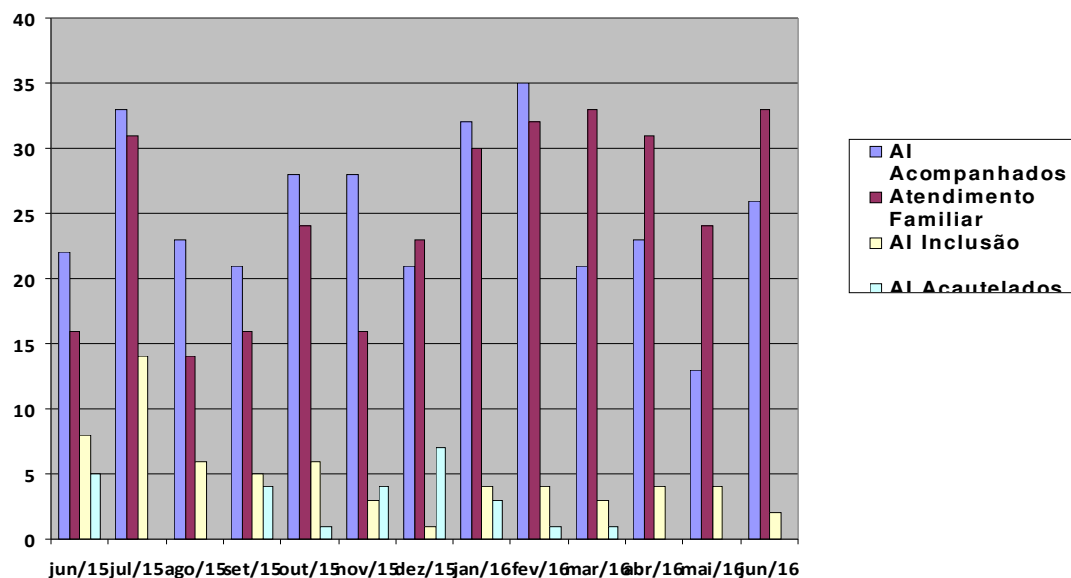
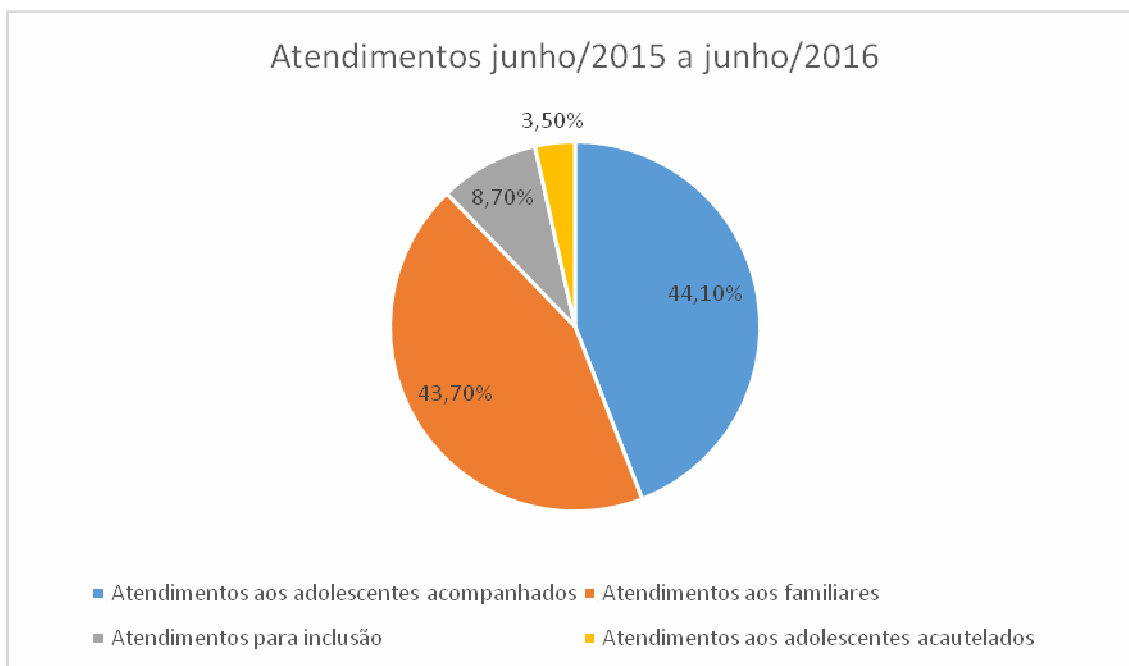


Gráfico 4



No que se refere aos atendimentos realizados no período entre junho de 2015 a junho de 2016, houve um total de 739 atendimentos, sendo 326 atendimentos individuais com os jovens acompanhados pelo Se Liga; 323 atendimentos familiares; 64 atendimentos individuais para inclusão ao Programa e 26 atendimentos individuais aos jovens acautelados. Cabe elucidar que os atendimentos familiares se referem à soma dos realizados com os familiares dos jovens aderidos ao Se Liga e dos familiares dos jovens para adesão ao Programa.

4 Discussão

Assim como os resultados do estudo, a discussão da pesquisa também será dividida em dois momentos: entre o perfil dos adolescentes, abordando os eixos do Programa Trabalho e Renda, Educação e Profissionalização através da pesquisa realizada pelas autoras Castro e Coutinho (2015); e o trabalho profissional do Assistente Social.

Em relação ao perfil dos jovens acompanhados, no eixo Trabalho e Renda, há o apontamento geral de que há um movimento pendular feito pelos jovens do Se Liga: ora estão empregados formalmente, ora informalmente, desempregados ou em

subempregos, tendo as atividades ilícitas como verdadeiras retaguardas para se obter renda. As justificativas para as saídas precoces dos empregos são variadas, qual seja, assiduidade, pontualidade, trato com a hierarquia, cumprimento de regras e normas das empresas, cortesia com clientes e demais funcionários, dentre outros. Avaliamos que estas justificativas estão intimamente ligadas à forma como os adolescentes se inserem no mercado de trabalho: sob pressão da família e da sociedade; exploração do trabalho, com grandes exigências de disponibilidade de tempo – horas extras e trabalho no fim de semana –; e baixas remunerações – média de um salário mínimo.

Em relação à educação, os jovens inseridos no Se Liga apresentam uma discrepância considerável entre a escolaridade atual e a escolaridade ideal, sendo esta última a série/ano escolar que o adolescente deveria estar em função da idade, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em geral, o público atendido apresenta histórico de evasão, expulsão e/ou repetência escolar.

Esse déficit na escolarização afeta diretamente a profissionalização, ao passo que vários são os cursos que exigem escolaridade mínima, incluindo os ofertados pelo Pronatec. Dentre os cursos que não apresentam tal exigência, a dificuldade se evidencia no decorrer das aulas/módulos, quando os jovens não assimilam o conteúdo dado e acabam por desistir da capacitação. Têm-se, assim, jovens com baixa escolaridade e pouca/nenhuma qualificação profissional que tem rebaixamento no cargo desempenhado e na remuneração recebida. A maioria dos jovens se aloca em empregos com remuneração média de um salário mínimo, que exigem esforço físico, disponibilidade de realizar horas extras e trabalhar nos fins de semana e feriados, como auxiliar em supermercados, serviços gerais, ajudante de caminhão e auxiliar de pedreiro.

Os dados apresentados pelas autoras apontam que, diante de todas as dificuldades apresentadas na inserção ou permanência no mercado de trabalho, as atividades ilícitas, especialmente o tráfico de drogas, se apresentam como uma alternativa para esses jovens. Alternativa no sentido de obter renda, contribuir para as despesas familiares e para seu próprio consumo. Entre os jovens que trabalharam durante o período da pesquisa (29), onze declararam desinteresse pelo trabalho em algum mês pesquisado. Destes, dez estavam envolvidos com o tráfico de drogas nesse momento.

Outro elemento importante a ser destacado é que percebemos que há uma dificuldade destes jovens de inserção no mercado de trabalho formal, sendo que muitos deles buscam o primeiro emprego. Os postos de emprego ofertados a estes usuários são extremamente precarizados, a remuneração é baixa e a rotatividade é alta, como aponta Badaró (2015). Desta forma, estes jovens se encaixam no grupo de usuários a receberem benefícios sociais, destacado pelo autor como políticas compensatórias e focalizadas.

Tento em vista este contexto, de acordo com Badaró (2015), o emprego e distribuição de renda são uma forma de

[...] dominação que envolve algum grau de consentimento/consenso – ativo e/ou passivo – dos setores subalternos/dominados. [...] Um consentimento desse tipo é construído em base a ideologias que apresentam como interesses gerais – da nação, dos cidadãos – aquelas propostas e visões de mundo específicas da classe dominante (BADARÓ, 2015, p.4).

No que concerne ao trabalho do Assistente Social, a partir da análise da tabela referente aos atendimentos realizados no Programa no período pesquisado, podemos verificar que, em relação aos atendimentos realizados com os jovens aderidos ao Se Liga, a equipe manteve uma média de 27,2 atendimentos por mês. A média de atendimentos realizados com os familiares foi bem próxima à anterior, sendo de 26,9 atendimentos. Estes números podem ser considerados significativos, tendo em vista o número total de jovens aderidos no Programa ao longo deste período e o acompanhamento realizado com os familiares tanto dos adolescentes aderidos quanto dos jovens para possível adesão.

Quanto ao número de atendimentos individuais para inclusão ao Programa (média de 5,3 atendimentos por mês), podemos observar que a dificuldade de articulação com as Unidades Socioeducativas acarretou em impasses para a adesão dos jovens ao Programa, afetando diretamente o trabalho do Assistente Social. Tendo em vista que a adesão no Se Liga é voluntária, para que haja interesse do jovem em participar do mesmo é fundamental que ele tenha conhecimento do Programa ainda durante o cumprimento da medida socioeducativa, para que haja criação de vínculo e referência do Se Liga com os jovens.

Esta dificuldade de articulação com as Unidades também se expressa pelo baixo número de atendimentos individuais realizados com aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas ao longo do período analisado (média de 2,2 atendimentos), sendo que nos meses de julho e agosto de 2015 e abril, maio e junho de 2016, não foi possível realizar nenhum atendimento individual.

Com relação ao gráfico 2 apresentado anteriormente, observamos que o trabalho do Assistente Social é centrado em atendimentos e estabelecimento de parcerias para encaminhamentos, o que se refere a 76% das atividades realizadas pelo profissional de meados do ano de 2015 a meados de 2016. Verificamos que as reuniões e atividades de planejamento são pouco executadas, como reuniões de equipe, bem como com a SEDS – Secretaria de Estado e Defesa Social –, que é a Secretaria responsável pelo estabelecimento da parte metodológica do Se Liga e pela avaliação do Programa.

Através desses dados, é possível perceber que as principais atividades realizadas pelos profissionais se constituem em atendimentos e encaminhamentos à rede socioassistencial, atividades estas que demandam a realização de registros. Miotto (2001) afirma que estes permitem a obtenção de dados, além de permitir que o profissional consiga sistematizar a prática, possibilitando a realização de uma análise sobre o seu trabalho e o planejamento de suas atividades profissionais.

Cabe destacar, mais uma vez, que o arquivo dos registros não é de uso exclusivo do Serviço Social, uma vez que o profissional contratado pela instituição desenvolve a função de Técnico Social. Ademais, é importante frisar que o profissional necessita realizar uma série de registros para cada atividade que executa. O trabalho do profissional acaba se tornando burocrático, devido a série de instrumentais que precisa utilizar para efetivar cada atividade.

5 Conclusão

Frente à realidade apresentada, é possível identificar os desafios que constituem a ação profissional, tanto pelo perfil e demandas dos adolescentes, quanto pelos limites impostos pela burocratização presente nos instrumentais de trabalho, uma vez que a

prática do Assistente Social no Se Liga se caracteriza pela articulação com diversas instituições da rede socioassistencial visando um atendimento qualificado aos jovens acompanhados.

Nessas condições, o conhecimento a que se referem os Assistentes Sociais é o conjunto de informações relacionadas às necessidades dos usuários e à estrutura formal, legal e burocrática das instituições e o modelo de operacionalização das políticas e dos programas sociais. Em determinadas situações, a estrutura formal e burocrática institucional pode exigir registros diferenciados, mas sempre voltados à quantificação do atendimento tendo em vista, sobretudo, o aporte de recursos financeiros (COELHO, 2008, p. 46).

Assim, faz-se necessário que o Assistente Social seja qualificado para “acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social” (IAMAMOTO, 2008, p.41) que incidem sobre os adolescentes e jovens em conflito com a lei, “acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos” (idem). Consideramos que é preciso ultrapassar a imediatividade cotidiana para conhecer a realidade em suas múltiplas determinações.

É patente a importante interface existente entre as demandas postas ao sistema de justiça e as políticas públicas no âmbito da proteção social, envolvendo áreas como a saúde, educação, habitação, trabalho e renda. É nessas que se materializam direitos, portanto, são indissociáveis as interrelações entre as instituições do sociojurídico e as do sistema de proteção social. [...] Nesse contexto, impõem-se desafios como a problematização da lógica da judicialização das expressões da questão social e da criminalização da pobreza; a superação da aparência dos fenômenos, como meros problemas jurídicos, incorporando à sua resolutividade o caráter político e social na dimensão da atuação profissional; a distinção entre os instrumentos do fazer profissional, daqueles voltados para a ‘aferição de verdades jurídicas’, assumindo o estudo social como próprio da intervenção do serviço social, capaz de iluminar as determinações que constituem a totalidade da realidade, suas contradições e diferentes dimensões (CFESS, 2014, p.99).

A realidade é amplamente complexa e dinâmica e temos clareza de que esta pesquisa visa extrair da realidade o conhecimento aproximativo do real em seu movimento, buscando contribuir para o Serviço Social no desvelamento dos inúmeros desafios e possibilidades postos ao exercício profissional do Assistente Social no campo sociojurídico.

6 Referências

BADARÓ, Marcelo. Que Crise? Elementos para Análise de Conjuntura Brasileira. 2015. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Marcelo-Badaró.pdf>> Acesso: Set/2016.

BORGIANI, Elizabete. “Para entender o Serviço Social na área sociojurídica”. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 115, Cortez, 2013.

_____. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 67, 2001.

CARDOSO, Anastácia César, OLIVEIRA, Beatriz Chaves de. A Proposição da política de atendimento aos egressos de medidas socioeducativas e sua efetividade no município de Juiz de Fora: Uma análise através do Programa Se Liga – Regional Zona da Mata. Universidade Federal de Juiz de Fora: Faculdade de Serviço Social, 2016.

CASTRO, Livian K. Silveira, e COUTINHO, Patrícia da Silva. “O EIXO “TRABALHO E RENDA”: Desafios para o Serviço Social no Programa Se Liga” Monografia de Especialização apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

COELHO, Marilene Aparecida. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108860.pdf>> Acesso em: Out/2016.

CFESS: Manifesta: 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 2010.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_20anosecaaprovado.pdf> Acesso

em: Out/2016

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. “A Dimensão Técnico-operativa do Exercício Profissional”. In: A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 14º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: Mai/2016.

MIOTO, Regina. “Perícia Social: Proposta de um percurso operativo”. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 67, 2001.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da Pesquisa Social - Pesquisa e Produção de conhecimento em Serviço Social. Revista Temporalis, ano V, n.9, 2005.

SANTOS, Cláudia Mônica. “As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social”. In: Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

SUASE, Metodologia do Programa Se Liga. 2012.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. “Desvendando as Determinações Sócio-históricas do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social na Articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais”. In: Revista Temporalis, ano 2, n. 4, jul/dez, 2001.